

O Pan-africanismo organizado em rede e o papel da Diáspora Africana em proposição político-filosófica: O exemplo da Afrocentricidade Internacional

Henrique P. A. Santos
Universidade Estadual de Campinas
jhamallhenrique@gmail.com

Débora N. Ananias
Universidade Estadual de Campinas
debora.n.ananias@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho relaciona e ressalta, na perspectiva do método afrocêntrico, parte do histórico de organizações nacionalistas negras do passado com o movimento negro pan-africanista da atualidade. Partindo da experiência do líder jamaicano Marcus Mosiah Garvey, na figura da UNIA (Universal Negro Improvement Association, 1914) analisamos algumas das permanências e descontinuidades pautadas na liderança, que estão presentes e se articulando nos dias de hoje, para tanto utilizamos como exemplo a AI (Afrocentricity International, 1970), pensada por Molefi Kete Asante. Visamos explorar as potencialidades e limitações do atual contexto multidimensional da globalização proporcionada, sobretudo, pelo Meio Técnico-Científico-Informacional, o qual faz com que seja necessária a organização de sujeitos e instituições em redes simultaneamente sociais e espaciais, constituídas por um conjunto de localidades e pessoas interconectadas.

Palavras-chave: Redes; Afrocentricidade; Interconexões.

Introdução

Elisa Larkin do Nascimento (2008) apresenta que o continente africano caracteriza-se por ser o berço da civilização humana. Na África, mais precisamente no lago Rudolph - atual Quênia – foram encontrados esqueletos daqueles que seriam os primeiros homínídeos da Terra, teriam existido há aproximadamente 3,5 milhões de anos atrás. Cheikh Anta Diop, importante intelectual senegalês, dedicou relevante parte da sua vida aos estudos acerca da origem da espécie humana “desafiando boa parte da ciência e pseudociência ocidentais” (NASCIMENTO, 2008, p. 56), muito embora tenha conseguido comprovar através de datação de radiocarbono que fósseis encontrados pertenciam a povos originários da África, nunca foi devidamente reconhecido academicamente.

No continente africano as sociedades e civilizações constituíam (e tentam manter até os dias atuais) uma imensidão de formas autóctones de vida, estabelecendo de modo dinâmico e vivo as dimensões da sociedade, como as religiões, os códigos da linguagem e da língua, o jeito de produzir tecidos e estampas, a maneira de fazer agricultura, pecuária, domesticação de animais, o comércio, a troca entre povos e, por fim, a constituição de valores. Tais formas, adaptadas às condições climáticas e físico-geográficas de cada lugar, garantiam com que os povos vivessem o meio natural no tempo lento, pois produziam suas próprias relações com a natureza na horizontalidade.

Nestes processos se incluem conflitos intra e entre os povos que, no entanto, não contavam com o adventos das revoluções industriais, da ciência moderna positivista, da globalização e do meio-técnico-científico-informacional, paradigmas vigentes nos dias atuais que complexificam as relações mas podem oferecer poder de mobilização social, de forma positiva e negativa.

Por diversos motivos, ao longo da história, os povos africanos realizaram inúmeros fluxos migratórios de dispersão pelo mundo, naturais de seus gêneros de vida, processos responsáveis pela disseminação de conhecimentos e técnicas por onde passaram, como a primeira indústria conhecida – denominada aurignaciana⁹. Também sofreram mudanças genéticas que levaram a mudanças fenotípicas, devido à variabilidade genética, a fatores geomorfológicos e climáticos, originaram-se povos africano-diaspóricos variados em suas características, configurando o processo de diáspora. “Diáspora significa ‘dispersão’, e, se os povos estavam dispersos, estava implícito um ponto de origem, mais concretamente, uma terra natal.” (COHEN, 2008, p. 519).

Revisão bibliográfica

De acordo com Chancellor Williams (1974), a ideia de um pertencimento africano simbólico já existia mesmo com os povos etíopes. A autora E. L. Nascimento (1980) afirma que as “línguas africanas designam o negro africano como um ser supratribal, identificando todos os africanos, de qualquer nação tradicional”. Por vários motivos, esses povos que, comprovado cientificamente, possuíam a pele preta, passaram a se deslocar entre e intra os continentes. Dessa forma, o conceito de localização de África varia da concepção atual continental, sendo uma destas a ideia baseada na antiga civilização Kushita, que coloca a relação entre o sol e o homem enquanto um fator essencial para o entendimento da africanidade, através da ativação da melanina do tipo eumelanina nos indivíduos das regiões tropicais e trazendo a partir da ideia correspondente à “filhos do Sol” Williams (p.129, 1974).

As auto-denominações e as classificações externas em relação às pessoas africanas desde a diferenciação do *homo sapien sapiens* é fator inerente ao nacionalismo e a racialização dos indivíduos negros ou melanodérmicos¹⁰ como explicado na obra de Carlos Moore “Racismo e Sociedade” (2007). Logo, a posição do africano no mundo desde o contato com as populações deficientes de melanina propõe a necessidade de uma identidade nacional semeada na autopreservação negra e manifestada atualmente na essência do Pan-africanismo e suas diversas contribuições acerca dos movimentos negros.

Diferentemente da Diáspora natural, a Diáspora forçada, impulsionada em primeiro momento pelos anseios de servidão árabe no período da expansão do islamismo (século X) e em segundo pela perversa vontade de acumulação de capital dos europeus (século XV), teve razões e finalidades muito diferentes. Enquanto o povo africano se dispersava sob os comandos das necessidades cotidianas, os povos árabes e europeus promoviam diásporas forçadas no formato de escravidão para a exploração do trabalho compulsório e, portanto, os legados deixados também são diferentes e carecem de uma análise mais aprofundada.

Logo, se faz necessário pensar historicamente como o movimento negro se mobilizou para lutar contra as injustiças raciais frutos da Diáspora forçada e da colonização. Para tanto, diversos intelectuais, movimentos organizados e instituições se debruçaram fortemente para tentar criar análises e teorias fidedignas a situação do negro nas diásporas e no continente africano, gerando teorias, métodos organizativos e praxis

9A indústria aurignaciana está relacionada à construção das primeiras ditas ferramentas da história, compostas por ossos de animais em sua base e pedras em sua parte superior, lembrando pontas de lança.

10De acordo com Carlos Moore, em “Racismo e Sociedade” (2007), as classificações externas em relação às pessoas africanas “teria ocorrido em épocas longínquas, [acarretando em] graves conflitos entre povos melanodérmicos (negros) e leucodérmicos (brancos) nas regiões em que eles conviveram.” (MOORE, 2007, p. 17)

diversas, que se diferem muito entre si. Este trabalho teve por objetivo realizar uma explanação parcial acerca do desenvolvimento de movimentos negros em relação as atuais organizações políticas e sociais estabelecidas em redes internacionais, para tal utilizamos a abordagem na perspectiva do Pan-africanismo a partir do que traz NASCIMENTO,

“O Pan-Africanismo é a teoria e a prática da unidade essencial do mundo africano. Não há nenhuma conotação racista nessa unidade. Ela se baseia, não em critérios superficiais de cor, mas na comunidade dos fatos históricos, na comunidade da herança cultural de identidade de destino em face ao capitalismo, do imperialismo e do colonialismo. [...] O pan-africanismo reivindica a unificação do continente africano, e a aliança concreta e progressista com uma diáspora unida.” (NASCIMENTO, 1980, p.73).

O Pan-africanismo enquanto movimento formal político, como já dito anteriormente, embora com pautas inicialmente tímidas, foi importante por reunir, de forma pioneira, os primeiros encontros entre negros africanos e afro-diaspóricos que discutiam e reivindicavam as pautas raciais. Desta forma, pensar o Pan-africanismo significa, intrinsecamente, considerar as diásporas negras como necessariamente africanas independentemente do local de residência, o sentimento de pertencimento é essencial para a proposição Pan-africanista em sua cerne nacionalista e racial. Carlos Moore aborda estas questões em seu livro “A África que incomoda”. Vejamos o que ele diz:

“Devemos lembrar que o Pan-africanismo surgiu, na diáspora, em situações de escravidão para nós, africanos deste lado do Atlântico, ao tempo em que se dava o início da colonização de todo continente africano. Assim, os escravos africanos das Américas foram condenados, ao mesmo tempo, a pensar o fim da escravidão e do colonialismo da África, de modo que o término da escravidão no continente americano coincidiu com o fim das independências dos países africanos. (MOORE, p. 90, 2010)

Como bem nos trouxe Moore, o Pan-africanismo surgiu na diáspora em situações de escravização. Países foram formados com o que Nascimento (2008) denomina de luta pela libertação dos povos africanos, além da insurgência de revoltas ocasionadas por negros em situações de opressão. Além disso, partindo do pensamento de Marcus Garvey, a autossuficiência dos africanos deveria estar relacionada a autonomia e, conseqüentemente, descolonização da África.

Dessa forma, ainda utilizando como base argumentativa o livro “A África que incomoda” de Carlos Moore, podemos pensar que a diáspora esteve condenada a pensar sua libertação e a emancipação do continente africano. Pensar, como nos traz Nascimento (2008), uma África que vivencie uma metamorfose em suas economias nacionais para um planejamento continental, que reúna crescentemente os recursos, mercados, e capital da África numa unidade econômica singular e substancial.

Moore (2010) acredita, ainda, que as diásporas não somente deverão defender os seus próprios interesses nos novos contextos nacionais que são os seus, mas também estarão compelidas, política e moralmente, a defender os interesses dos povos africanos, expressos através de suas próprias reivindicações.

A concepção de mundo pan-africana foi a mesma que propiciou as condições para o renascimento científico e cultural africano e que organizou movimentos de independência e descolonização física, política, e ideológica na Pan-África, podendo se utilizar como método os estudos africanos e a Afrocentricidade enquanto paradigma. A abordagem científica pensada pioneiramente por Molefi Kete Asante, rompe com a visão eurocêntrica de análise, esta proposição centraliza a percepção do ser africano, de forma a reposicionar

o ponto de análise, em contrapartida aos métodos vinculados ao racionalismo europeu suas corroborações consequentes:

“Afrocentricidade é um modo de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos predominam. Em termos teóricos é a colocação do povo africano no centro de qualquer análise de fenômenos africanos. (...)Assim ser negro é estar contra todas as formas de opressão, racismo, classismo, homofobia, patriarcalismo, abuso infantil, pedofilia e dominação racial branca. (...)Vemos, dessa forma, como a Afrocentricidade é a peça central de regeneração humana.” (ASANTE, 2014, p.3)

A compreensão do afrodescendente enquanto um africano em diáspora parte do pressuposto de que o sequestro forçado e a travessia transatlântica não foram suficientes para romper com as conexões culturais, religiosas, sociais e geográficas que foram estabelecidas entre as Américas e o continente africano a partir da imposição da transferência massiva de pessoas proporcionada pela colonização. Já que o processo de dispersão dos povos é algo natural e intrínseco à humanidade, presente ao longo de toda a história, carregando consigo e trocando entre si as formas de produzir e organizar o espaço, por que a colonização seria capaz de destruir as raízes estabelecidas? Justamente porque, no intento da colonização, a ferramenta mais eficaz de dominação dos corpos negros, com a violência física, foi a colonização psicológica (FANON, 2015).

Nesse sentido, um movimento de contraposição às mazelas psicológicas, físicas, emocionais e econômicas da escravidão foi criado por Marcus Garvey, líder jamaicano e o principal nome no que diz respeito à organização de massas africanas do continente e da diáspora, considerado nacionalista negro. Com o lema “África para os africanos”, o jamaicano conseguiu obter sucesso em “organizar o proletariado e as massas negras marginalizadas” (NASCIMENTO, 1980, p. 83-84). Garvey foi o fundador da Associação Universal Para o Avanço Negro (UNIA) em 1914, considerada o mais destacado movimento negro já conhecido na história, segundo Nascimento (1980) o sucesso da UNIA foi tão grande que:

“englobou em suas fileiras milhões de pessoas: tinha 35.000 membros só nos Estados Unidos. Cuba tinha 52 filiais em 1926, a África do Sul e Honduras tinham oito cada uma; Panamá e Costa Rica tinham 47 e 23 organizações filiadas (...) Sucursais também existiam no Brasil, Equador, Nigéria, Porto Rico, Austrália, Nicarágua, México, Barbados, Serra Leoa, Inglaterra, Venezuela, e outros países ” (NASCIMENTO, 1980, p. 84)

A liderança tinha como principais bandeiras a “construção de uma África unida, livre da hegemonia europeia, estabelecida como a fonte de força e apoio para os negros em todo o mundo” (Ibidem, p. 85). Além disso, também defendia a existência de instituições autônomas para impulsionar a vida das comunidades negras, a liberdade política do continente africano e a exportação de cientistas, mecânicos, artesãos e afins, para dentro do continente africano como forma de exaltação dos conhecimentos e capacidades africanas.

As redes e o movimento pan-africanista

A partir do exemplo de atuação política, grande mobilização social e proposição filosófica de Marcus Garvey surgiram coletivos, grupos e organizações sociais nestes moldes. No entanto, em época distante da existência dos mecanismos de disseminação do conhecimento, da comunicação e informação, se fazia necessária a presença física da

liderança nas localidades, ou na figura de representantes que levassem fielmente sua palavra.

Nos dias atuais estes mecanismos de redes simultaneamente sociais e espaciais se fazem fortemente presentes, introjetados no cotidiano individual e coletivo, atingindo até mesmo partes mais remotas da extensão territorial, portanto é fundamental perceber quais são as potencialidades e limitações apresentadas por esses dispositivos e como os movimentos sociais se apropriam deles e se articulam através deles.

No presente estudo tomamos como objeto a organização pan-africanista Afrocentricidade Internacional (AI) presente em três dos cinco continentes do globo, no continente africano a AI está presente em Costa do Marfim; na Nigéria em Camarões; na África do Sul; no Zimbábue; e na República Centro Africana. Na América se encontra no Haiti; no Brasil; em Guadalupe, Martinica, México, Canadá, EUA, Colômbia, Guiana; na Europa respectivamente na França, Suíça, Bélgica e Alemanha.

A organização política AI se manifesta de forma a ressignificar a estrutura organizacional e espacial da UNIA, se dividindo em “capítulos”, células de um organismo internacional interligada no propósito do Renascimento Africano e configurada a partir das simbologias, funções da civilização de Kemet¹¹, perpassando a Matriz Materno Centrada¹² e a espiritualidade africana em suas lideranças e ações. A Per-aat (cargo mais alto na organização) da AI atualmente é Ama Mazama, mambo (liderança espiritual) da tradição vodu haitiana, todavia a mesma é nativa da ilha de Guadalupe, contando com a parceria do afro-americano organizador e também teórico do paradigma da afrocentricidade Molefi Kete Asante. As práticas que decorrem da organização política aqui analisada se dão via internet ou encontros e conferências internacionais, nacionais, eventos culturais, científicos e educacionais fazendo uso da nova configuração de organização e distribuição de informações no sistema mundo, as redes.

Para compreender melhor a atuação e a organização em rede utilizada pela AI, utilizamos o conceito de rede geográfica cunhado por Corrêa (2012) pois, para o autor, as redes se configuram enquanto “um conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos” (2012, p.2). Partindo desse pressuposto, faz-se necessário reconhecer as redes enquanto categoria de análise da Geografia pois são componentes do espaço geográfico, ou seja pressupõe a construção humana. Segundo o autor, elas são “elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação” (Ibidem, p.3). As redes regidas pelas leis da natureza não configuram redes geográficas pois, quando não utilizadas como meio de garantia do fluxo, não estão imbuídas de intencionalidade.

A passagem da rede social para a uma rede geográfica trata-se de uma organização multifuncional e multilocalizada, o autor trata na perspectiva econômica, porém aqui tratamos na perspectiva do movimento de negritude pan-africanista socialmente organizado, dado que a estrutura da referida ordem se baseia em conhecimentos ancestrais e no Renascimento Africano e se consolida por meio de uma relativa autonomia dadas aos capítulos inseridos em cada localidade, de forma hierarquizada, bem como possuem o intento de um forte incentivo a pesquisa, a ciência e a tecnologia dos estudos africanos. Para Corrêa a rede se torna geográfica quando o espaço se torna um elemento constituidor

11(Antigo Egito) é considerado o progenitor do Estado moderno. Representa o primeiro modelo conhecido que produziu em ambiente urbano.(DOVE,2002)

12É o conceito que se afasta do uso comum do matriarcado, que denota sociedades dominadas por mulheres.A definição de matriarcado de Diop (1959/1991) refere-se a reciprocidade masculina-feminina como base para a ordem social. (DOVE,2002)

e fundamental, aqui analisamos em dois vieses, enquanto condição e enquanto condicionante.

Enquanto condição porque dependem, no caso da AI, de interconexões estabelecidas e criadas no caráter ancestral, de tal forma que ocorra um reconhecimento mínimo entre os sujeitos, sendo assim definidor da construção dessa rede, ou seja é espacialmente necessário ter proximidade físico-geográfica e étnico-racial entre os pares para a formação de um novo capítulo da organização, que depende de no mínimo sete pessoas engajadas a construir estruturas autônomas, como escolas, bibliotecas, clínicas e redes de apoio pautadas na afrocentricidade.

O caso é que ocorre na Afrocentricidade Internacional um alinhamento dessas diversas variáveis na mesma organização, que dependem da presença de uma relevante diáspora preta, do grau de engajamento de sujeitos dispostos a construir um movimento pan-africanista em seus lugares e localidades, da presença de uma robusta rede de conexões e internet que viabilize as reuniões, debates e discussões sobremaneira multiescalares, a nível local, estadual, nacional e internacional e de uma rede urbana e de transportes propícia ao deslocamento quando necessário.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos elucidar a imprescindível contribuição africana e sua organização espacial para a humanidade, sugerindo através da consciência histórica do trabalho conjunto e fatídico de etnias, civilizações e contemporaneidade da população civil da África e sua diáspora, analisando a estrutura organizacional da Afrocentricity International entendendo sua história, distribuição das relações, trocas de informações, habilidades, experiências e projetos através do sistema de redes geográficas, distribuídas mundialmente e referenciadas em objetivos comuns, compreendemos as positivities do sistema enquanto um organismo inteligível para sua manifestação em longas e curtas distâncias e sua capacidade de crescimento inerente às trocas anteriormente citadas, todavia a AI durante a maior parte de sua história contava com a estrutura de vanguarda focando na construção de condições epistemológicas, metodológicas, produção de materiais, eventos científicos e a formação e qualificação dos capítulos, sem grandes ambições de crescimento quantitativo no que se refere ao número de membros (diferentemente do caso da UNIA) o que vem mudando a partir de novas proposições organizacionais deliberadas pelas lideranças dos capítulos e as mais recente postura de Ama Mazama. O exemplo da AI sugere uma possível alternativa para emancipação do povo preto no mundo, sua autodeterminação e a ancestralidade, vinculada estritamente a capacidade de africanos se nomearem e se organizarem para além de números e estatísticas populacionais neste sistema, mas também enquanto seres transformadores de sua própria realidade dadas uso e resgate das tecnologias geográficas africanas.

Referências bibliográficas

COHEN, Robin. SÓLIDAS, DÚCTEIS E LÍQUIDAS: noções em mutação de “lar” e “terra natal” nos estudos da diáspora. Caderno CRH, 2008.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: reflexões de um tema persistente. Revista científica Cidades, v. 9, n. 16, 20 p. 2012.

DOVE, N. Defining a Mother-Centered Matrix to Analyze the Status of Women. *Journal of Black Studies*, vol.33 No.1, September 2002 3-24

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 3ª edição. Juiz de Fora: Ufff, 2015

MELLARS, Archeology and the Dispersal of Modern Humans in Europe: Deconstructing the Aurignacian, *Evolutionary Anthropology*, vol. 15 (2006), pp. 167–182.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*, Belo Horizonte: Nyandala, 2010.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para Entender o Racismo*, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *A Matriz Africana no Mundo*. São Paulo, Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Pan-africanismo na América do Sul: Emergência de uma rebelião negra*, Petrópolis: Vozes, 1981.

WILLIAMS, Chancellor. *The Destruction of Black Civilization*, Chicago - Illinois: Third World Press, 1974.